



Instituto Federal de Brasília
Campus Riacho Fundo
Curso Licenciatura - Letras Inglês

Gustavo Araujo de Sousa
Nicolly Fernandes Juliano

**GLOBALIZAÇÃO E INFLEXÃO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO
BRASIL**

Brasília
2023

Gustavo Araujo de Sousa

Nicolý Fernandes Juliano

**GLOBALIZAÇÃO E INFLEXÃO NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Letras-Inglês do *Campus* Riacho
Fundo do Instituto Federal de Brasília como
requisito parcial para obtenção de título de
Licenciado em Língua Inglesa.

Orientador:

Professor Dr. Rogério Lustosa Victor

Aprovado em: 15/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Título + Nome do componente da banca – Orientador(a)

Título + Nome do segundo componente da banca – Avaliadora

Título + Nome do terceiro componente da banca – Avaliadora

AGRADECIMENTOS

GUSTAVO

Em primeiríssimo lugar, minha profunda gratidão a Deus(es), Deusa(s) e a todos os seres e guias espirituais que tanto me auxiliaram nesta jornada. Um agradecimento especial à Pomba Gira Dayana, que me deu novamente o brilho e alegria da vida. Agradeço também ao Exu João Caveira por todo o auxílio na área acadêmica da minha vida. Minha sincera gratidão a todas as forças espirituais que trabalham no astral para o melhor encaminhamento da minha vida. Toda a minha gratidão à minha amiga e parceira Nicolay, à minha família e aos professores Bruna e Rogério Lustosa, sem todo o apoio de vocês, nada teria acontecido. Aos meus pets, Lusimar, Brisa, Baby e Bimbo, muito obrigado por colorirem a minha vida com tanto amor e alegria. Gratidão também ao meu co-orientador extraoficial, Vinicius. Agradeço também ao meu querido amigo Jailson Lima por todo o apoio e carinho.

NICOLY

Agradeço, primeiramente, a Deus e a todos os que me ajudaram a continuar me reconectando com Ele sempre, pois sem Ele eu não chegaria nem à metade do curso. A familiares que de alguma forma propiciaram meios para que eu pudesse continuar, e em especial, meu pai, Jean Carlo Juliano e minha avó, Rita Juliano. Ao IFB *campus* Riacho Fundo I por disponibilizar tantos recursos que influenciaram diretamente nas minhas aprovações, e, sobretudo, aos excelentes profissionais que participaram do meu processo de formação, como funcionários da limpeza, biblioteca e outros espaços, a dona Nora da quitanda de lanches e os professores que puderam me acompanhar nessa jornada mostrando o caminho da luz. Intimamente aos professores Marcela e Edson e ao grupo que compartilhou comigo a experiência da Residência Pedagógica, por acompanharem e participarem diretamente do meu processo de construção e evolução profissional. Ao meu amigo de quatro patas Toddy que tem um papel importantíssimo na minha vida, me ajudando a manter o equilíbrio e a felicidade quando eu mais preciso. Assim como aos amigos que fiz durante esse período (especialmente Jailson e Pedro) no qual pudemos compartilhar muitas experiências juntos, nos apoiando em trabalhos acadêmicos tanto quanto nas nossas vidas pessoais. Gratidão por terem sido um combustível nesse processo. Aos meus amigos Isabela Lucas e João Pedro Magalhães por mesmo de longe serem luz na minha vida e sempre me oferecerem o conforto que foi imprescindível para que eu conseguisse continuar. Ao meu parceiro de pesquisa Gustavo por me permitir unir forças com ele para que pudéssemos realizar esse trabalho, que não teria sido realizado sem os nossos orientadores Bruna Zoccaratto e Rogério Lustosa, aos quais eu também deixo expressa aqui a minha gratidão. E, é claro, a mim mesma por nunca ter desistido e ter continuado, mesmo com todos os impasses, numa formação que durou mais do que o esperado, e que com muita resiliência e perseverança eu fui capaz de chegar ao fim.

Epígrafe

“No presente a mente, o corpo é diferente,
e o passado é uma roupa que não nos serve mais (...)”

(Belchior, Antônio (CE) *Velha Roupa Colorida*, **In:** *Falso Brilhante*, 1976)

RESUMO

No contexto globalizado, a língua inglesa desempenha um papel crucial como veículo de comunicação internacional. Este artigo analisa como a dinâmica da globalização influencia na obrigatoriedade do ensino de língua inglesa no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional e sua alteração na lei nº 13.415/2017. Além disso, este trabalho explora como as políticas educacionais brasileiras se alinham ou confrontam os desafios do ensino de inglês como Língua Franca ou como Língua Estrangeira em um contexto globalizado. O estudo examina também a dualidade do ensino de inglês como Língua Estrangeira e como Língua Franca, considerando não apenas as demandas comunicativas, mas também as implicações culturais e socioeconômicas de cada abordagem. Nesse contexto, o propósito principal desta pesquisa é elucidar de que maneira a globalização exerce impacto na predominância da língua inglesa como língua global, focando especificamente em sua escolha como língua estrangeira a ser obrigatoriamente ensinada no Brasil. Dessa forma, buscamos entender o fenômeno da globalização bem como relacioná-lo à disseminação da língua inglesa e à sua posição dominante no mundo, e, ainda, analisar as mudanças na legislação educacional brasileira que solidificam o ensino da língua inglesa.

Palavras-chave: Globalização; Inglês; Ensino de Língua Inglesa; Língua Global; Língua Franca; Língua Estrangeira.

ABSTRACT

In the globalized context, the English language plays a crucial role as a vehicle for international communication. This article examines how the dynamics of globalization influence the requirement for English language teaching in Brazil based on the national law for education Lei de Diretrizes e Bases and its amendment in its Law n° 13,415/2017. Additionally, this work explores how Brazilian educational policies align with or confront the challenges of teaching English as a Lingua Franca or as a Foreign Language in a globalized context. The study also examines the duality of teaching English as a Foreign Language and as a Lingua Franca, considering not only the communicative demands but also the cultural and socioeconomic implications of each approach. In this context, the main purpose of this research is to elucidate how globalization impacts the predominance of the English language as a global language, focusing specifically on its designation as a mandatory foreign language to be taught in Brazil. Thus, we seek to comprehend the phenomenon of globalization and relate it to the spread of the English language and its dominant position globally. Furthermore, we aim to analyze the changes in Brazilian educational legislation that solidify the teaching of the English language.

Keywords: *Globalization; Global Language; English Teaching; Lingua Franca; Foreign Language.*

RESUMEN

En el contexto globalizado, el inglés desempeña un papel clave como medio de comunicación internacional. Este artículo examina cómo la dinámica de la globalización afecta la obligatoriedad de la enseñanza del inglés en Brasil, según la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional y su modificación en la Ley n.º 13.415/2017. Además, explora cómo las políticas educativas brasileñas se alinean o confrontan los desafíos de enseñar inglés como lengua franca o extranjera en un entorno globalizado. El estudio también analiza la dualidad de enseñar inglés como lengua extranjera y como lengua franca, considerando no sólo las demandas comunicativas, sino también las implicaciones culturales y socioeconómicas de cada enfoque. En este contexto, el propósito principal de la investigación es dilucidar cómo la globalización impacta en la predominancia del inglés como lengua global, enfocándose en su designación como lengua extranjera obligatoria en Brasil. Se busca comprender el fenómeno de la globalización, relacionarlo con la difusión del inglés y su posición dominante a nivel mundial, y analizar los cambios en la legislación educativa brasileña que solidifican la enseñanza del inglés.

Palabras clave: *Globalización; Lengua Global; Enseñanza de Inglés; Lengua Franca; Lengua Extranjera.*

LISTA DE ABREVIACÕES

1. ASL - Aquisição de Segunda Língua
2. BNCC - Base Nacional Comum Curricular
3. BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
4. EUA - Estados Unidos da América
5. FHC - Fernando Henrique Cardoso
6. LDB - Lei de Diretrizes e Bases
7. LE - Língua Estrangeira
8. LF - Língua Franca
9. MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
10. MP - Medida Provisória

INTRODUÇÃO

O recorte proposto neste artigo aborda uma reflexão de Linguística Aplicada (LA), a qual se dedica ao estudo da linguagem e sua aplicação em diferentes contextos sociais e educacionais. Mais especificamente, este trabalho — relacionado à subárea de ensino de línguas estrangeiras, a qual dedica-se ao estudo e à prática do ensino de línguas para falantes não nativos — trata do ensino de língua inglesa e da influência da globalização nas políticas educacionais e nas práticas de ensino em tal área. Discorre-se sobre o tema da globalização e da difusão da língua inglesa, bem como ao artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica que trata da normatização do ensino de língua estrangeira no Brasil.

A globalização é um complexo de transformações políticas, econômicas e culturais que têm atravessado as sociedades mundiais impulsionada pela expansão tecnológica facilitadora da troca de informações, bens e serviços pelas pessoas. Assim, ela abrange diversos aspectos da vida, como a economia, a política, a cultura, o meio ambiente e, sobretudo, a língua. Para Giddens (1990), a globalização reforça as interações sociais mundiais que, interconectadas, são capazes de influenciar ações e reações a quilômetros de distância. Held (1999) afirma que a tal processo instaura uma nova ordem mundial sem precedentes históricos, na qual capitalismo e cultura globais substituem instituições locais e perturbam hierarquias e modos de vida estabelecidos.

A partir de alguns estudos acerca do vínculo entre a globalização e a difusão da língua inglesa, infere-se que aquela tem ascendência sobre a difusão deste idioma e sobre o ensino de línguas. Block (2004) avaliou que, nesses estudos, até pouco tempo, a visão hiperglobalista detinha maior prestígio no universo acadêmico e reconhecia-se a expansão do inglês como resultado de múltiplas forças globalizantes. Destaca-se, outrossim, que a difusão da língua inglesa resulta da ligação entre forças imperialistas e semelhante difusão. Nessa abordagem, autores como Rajagopalan¹ (2003) e Kumaravadivelu (2006) entendem que os agentes da globalização, do império e do inglês estão interligados. Essa ideia é discutida no campo das complexas relações com o outro, entendendo a imposição da língua do império — o britânico, claro, o maior já existente na história — como estratégia para invalidar os grupos subordinados.²

¹ RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica. Linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

² WOOD, E. M., *O império do capital*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

O debate é fecundo e aponta para mudanças significativas na organização da humanidade no espaço global. No campo da língua, percebe-se a difusão da língua inglesa.

O Estado, por meio da legislação, tem caminhado para melhor inserir o Brasil na cena global ao alterar o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. À comunidade escolar era permitida a escolha do idioma no ensino de língua estrangeira moderna. Consoante a Lei 13.415/2017, é obrigatório o ensino de inglês, podendo a comunidade escolher uma segunda língua estrangeira moderna (preferencialmente o espanhol) a ser ofertada de acordo com as possibilidades de cada instituição.

Frente ao supra exposto, compreender as perspectivas da obrigatoriedade do ensino de língua inglesa no Brasil — como língua franca e língua estrangeira — é fundamental para analisar as políticas educacionais atuais e para refletir sobre as consequências dessas políticas para o futuro da educação e da sociedade. Além disso, o tema é relevante para professores de língua inglesa e outros profissionais da Educação a fim de assimilarem as decorrências do assunto para a sua prática profissional.

Sendo assim, o presente artigo busca vislumbrar uma problemática pouco discutida: como a globalização e a difusão da língua inglesa contribuem à instauração da desta como Língua Estrangeira Moderna a ser ensinada no Brasil de maneira obrigatória, visto que o Estado, por meio de mudança na legislação educacional brasileira, adotou essa posição. Identificar o fenômeno da globalização, associar o conceito de globalização à difusão da língua inglesa e sua supremacia e problematizar a mudança na legislação da Educação brasileira, compreendendo o que implica ensinar a língua inglesa como língua franca ou como língua estrangeira são os objetivos mais específicos deste artigo, portanto.

No primeiro tópico, abordaremos o conceito de globalização, visando apreender o fenômeno e discorreremos sobre a relação entre globalização e difusão da língua inglesa. No segundo tópico, pensaremos a realidade da política doméstica brasileira que, em contexto específico, optou pela mudança na legislação no que concerne ao ensino de língua estrangeira. Por fim, no terceiro e último tópico, faremos uma análise da mudança da legislação educacional brasileira à luz do fenômeno globalização e, por conseguinte, seus impactos no ensino de língua inglesa na Educação Básica.

1. GLOBALIZAÇÃO

Partimos do pressuposto de que globalização é um fenômeno que está posto na ordem mundial como realidade. No entanto, a despeito de a expressão globalização ser recorrente, em geral, ela não é clara, como notou Bauman:

A globalização está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade (Bauman, 1999, p. 7).

Entretanto ele avalia o pressuposto supracitado ao expor que

“globalização” é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo “globalizados” — e isso significa basicamente o mesmo para todos³.

Nessa perspectiva, a globalização diariamente reafirma-se em todos nós. Todavia não é só no sentido mais amplo, como aponta Bauman, que o termo é polissêmico. Mesmo no campo acadêmico, a compreensão do fenômeno apresenta grande multiplicidade. Contudo, na vasta bibliografia acerca do tema, verificam-se aspectos comuns:

1. Os Estados-nações, construídos na época moderna, tornam-se mais interdependentes. Suas atividades políticas estão conectadas com o globo e, assim, seu processo decisório, cada vez mais, pauta-se pela realidade do mundo globalizado.
2. A desterritorialização das relações entre as sociedades humanas e suas atividades econômicas, políticas e culturais perdem o antigo vínculo com a região. No sentido que nos interessa mais de perto, a língua inglesa deixa de ser a língua de um povo, de um Estado ou de um Império para tornar-se a de todos, mesmo que não como materna.
3. E, sem dúvida, o suporte tecnológico para que a globalização ocorra está indelevelmente vinculado à sua construção. A comunicação — e, aqui, claro, falamos do universo digital — e a circulação, de modo amplo, ou seja, de pessoas, bens e serviços, são os elementos centrais do fenômeno.

³ *Idem, ibidem.*

Giddens (1990), em suas análises acerca da globalização, ao descrever o fenômeno como a intensificação das relações sociais mundiais que interconectam diferentes locais do mundo, de modo que um acontecimento pode ser moldado por outro que ocorre a quilômetros de distância, conseguiu abordar os três pontos por nós listados acima.

Reinaldo Gonçalves (1999, p. 11) igualmente percorreu esse caminho ao apontar que, na globalização, ocorre “a interação de três processos distintos, que têm ocorrido ao longo dos últimos 20 anos, e que afetam as dimensões financeira, produtiva-real, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais”.

Enfim, a globalização interconecta o planeta, estimula o comércio internacional, impulsiona o crescimento econômico e viabiliza o acesso global a uma notável diversidade de produtos e serviços. A vista disso, a diversidade das culturas humanas vai arrefecendo-se e, no campo linguístico, o inglês vai tornando-se a língua global.

1.1. INGLÊS COMO A LÍNGUA GLOBAL

No século XVI, a língua inglesa era falada tão somente por um pequeno grupo de pessoas nas Ilhas Britânicas, e a previsão era contrária à proporção que o inglês tomou, posto que a língua latina era a mais falada na Europa Ocidental devido à expansão do Império Romano. Mulcaster, em 1528, fez a seguinte observação: “Nossa língua inglesa é de pequeno alcance, não se estende além da nossa ilha — não, nem sobre toda ela [...]. Nosso Estado não é nenhum império que irá crescer e dominar outros países⁴.”

Contrariamente ao calculado por Mulcaster, a ascensão da Inglaterra como um dos maiores impérios do mundo, colonizando parte da América — que mais tarde veio a tornar-se a superpotência dos Estados Unidos —, da Ásia, da Oceania e da África, levou a língua inglesa a converter-se no idioma mais falado na contemporaneidade. No processo de mundialização, ela tem tido um papel crucial. As grandes empresas globais precisam do inglês para continuarem seus processos de expansão, bem como as micro parcelas da população, quer seja para seguir um tutorial na internet, quer seja para fazer

⁴ In: Crystal, 2005, p. 45.

uma aposta em uma plataforma de jogos ou simplesmente para assistir a vídeos de *shorts* e *reels*⁵.

Na difusão da língua inglesa pelo mundo, evidentemente, ela é aprendida como “outra” língua, muitas vezes como uma segunda. Na área de aquisição de segunda língua (ASL), destacam-se os autores B. Kumaravadivelu e Elisabete Longaray, que discutem visões sobre globalização e expansão da língua inglesa.

Para Longaray (2009, p. 55), a difusão mundial da língua inglesa está inevitavelmente ligada ao estudo do fenômeno da globalização. Por seu turno, Kumaravadivelu (2006) cita a existência de uma supremacia estadunidense na contemporaneidade e questiona a atuação dos professores da referida língua. Ele traçou uma relação entre a globalização e a pedagogia, para tanto, em sua obra *(Re) Locating TESOL in an age of Empire* (2006), ratificou a magnitude da relação entre as forças da globalização, do império e do inglês.

Na LA, a supremacia do inglês e sua posição como língua global têm sido discutidas pelos acadêmicos. Nesse ponto, podemos enumerar questões políticas e históricas que sustentam semelhante fato. Os estudos acadêmicos atinentes à difusão da língua inglesa em âmbito internacional são relativamente recentes, datam do fim dos anos de 1970 e, durante o período da década de 1980, esses autores começaram a publicar sobre a temática. Entre esses acadêmicos, destacam-se Fishman, Cooper e Conrad (1977), Bailey e Görlach (1982), Cooper (1982) e Greenbaum (1985).

Por seu lado, um pouco mais tarde, Renato Ortiz, na obra intitulada *A diversidade dos sotaques* (2008), buscou compreender a supremacia do inglês no mundo globalizado sob a luz de linguistas aplicados e das ciências sociais, trazendo a conexão de conceitos como mundialização, territorialidade e globalização. Na visão de Ortiz (2008), a globalização acontece preferencialmente em inglês, apesar da existência de diversos idiomas ser um fato no mundo contemporâneo. Apesar disso, uma língua específica ocupa posição de privilégio. Subordinadas ao processo de globalização, as línguas inevitavelmente se submetem às vigentes hierarquias e relações de poder.

A respeito do liame entre globalização e difusão da língua inglesa, Ortiz traz a concepção de que a modernidade derruba impasses limitantes:

“A modernidade rompe as barreiras fronteiriças das estruturas sociais, impulsionando a mobilidade de pessoas, ideias e mercadorias. Trata-se

⁵ Vídeos curtos, de 15 a 60 segundos, em formato retrato, sobre qualquer conteúdo e em qualquer idioma, que, seguindo o algoritmo de interesse do usuário, aparecem no *Youtube* e no *Instagram*, respectivamente.

de uma nova condição na qual os conceitos de espaço e tempo são rearticulados” (2008, p. 25).

Isso posto, o autor enuncia que os meios de comunicação, como integradores de partes desconexas entre si, são fatores constituintes da modernidade. E a língua, como meio de comunicação, ocupa espaço privilegiado neste universo. Portanto, as demandas da modernidade se estendem ao debate linguístico.

Ademais, Ortiz (2008) acerca do conceito de mercado de bens linguísticos da modernidade-mundo, menciona que o inglês expandiu-se para diversas áreas como entretenimento, música, cultura *pop* e até mesmo ciência e conversas cotidianas. A expansão e o prestígio estariam ameaçando as outras línguas. À vista disso, termos como “glotofagia”, “imperialismo cultural” e “neoliberal” estariam em evidência. Contudo Ortiz não realiza suas críticas estritamente sob a luz desses termos. Ele também busca compreender o fenômeno a partir de outras perspectivas, como a ideia de que a globalização rompe com a separação entre países periféricos e países hegemônicos, porquanto as nações subsistem em um contexto de totalidade que as envolve e as ultrapassa.

Em contrapartida, o linguista Robert Phillipson (1992) teoriza sobre a relação entre imperialismo linguístico e ensino de inglês em *Linguistic Imperialism*, em que, diferentemente de Ortiz, defende as causas imperialistas da difusão internacional da língua inglesa. Para Phillipson (1992, p. 47), a supremacia da língua inglesa está difundida e incessantemente nutrida por relações imperialistas de desigualdade entre as demais línguas do mundo. Em suma, o inglês afirma-se como língua franca, que, por razões hegemônicas, políticas e históricas, introduziu seus tentáculos em um grande número de países e ambientes sociais por todo o globo terrestre.

Ao comprarmos um *milkshake* no *shopping*, ao enviarmos um *e-mail*, ao assistirmos a uma *live* no *You Tube* ou ao realizarmos um *stream* no *app* do *Discord*, estamos inconscientemente inseridos em um sistema dominado pelo imperialismo linguístico que se instalou em diversos contextos. Essa força coercitiva do imperialismo linguístico também comparece no Brasil com a presença de instituições como a Casa Thomas Jefferson e a Cultura Inglesa, além, sobretudo, da própria ação do Estado por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases, em 2017. Essa alteração colocou o inglês como língua obrigatória a ser ensinada. Isso demonstra que o Estado brasileiro, por meio de seus atores políticos, resigna-se ao imperialismo linguístico e à hegemonia anglo-americana.

No mundo globalizado, a língua inglesa impõe seu *status* de idioma mais usado, o qual advém de países que se afirmaram como grandes potências mundiais — Estados Unidos e Inglaterra (mais tarde Reino Unido) — e que, há cerca de cinco séculos, instaura-se no planeta.

É inegável que a língua inglesa provém de países hegemônicos, seja o Reino Unido, no século XIX, sejam os Estados Unidos, nos séculos XX e XXI, ambos com um massivo poder e influência militar, econômica e cultural. Esses países, hoje sobretudo os Estados Unidos, dispõem de excedente de poder e podem intervir de formas variadas em Estados que não sejam coniventes com seus planos e ideologias (Harvey, 2003. p. 79). Além do mais, a própria constatação de que os Estados Unidos dispõem de excedente de poder — e o Reino Unido, sobretudo no século XIX —, permite-nos inferir que ele configura-se como um Estado capaz de exercer sua liderança por meio do *soft power*, ou seja, com o consentimento dos demais países.

2. O BRASIL NA GLOBALIZAÇÃO: POLÍTICA DOMÉSTICA

Nos anos de 1980, é possível identificar no cenário global uma agenda liberal. Tal agenda culminou na adoção do modelo liberal por parte das nações subdesenvolvidas, para que assim pudessem integrar os interesses econômicos e políticos das elites mundiais hegemônicas. Sallum (2011) afirma que

As pressões das grandes transnacionais e das "reformas liberais" tenderiam a incorporar todos os países a um mesmo padrão institucional, fazendo com que passassem de não integrados para "superficialmente integrados" e, depois, para "profundamente integrados" (Sallum, 2011, p. 4).

No mundo em acelerado processo de globalização, e também no Brasil, atores políticos que ocuparam o poder central a partir de 1990 buscaram realizar a abertura do mercado nacional e a integração do País ao cenário mundial.

Após a década de 1980, marcada pelas crises econômica e financeira e pelo fim do regime militar, foi eleito o primeiro presidente por voto popular: Fernando Collor de Melo. Ele assumiu a presidência após vencer o candidato Luiz Inácio Lula da Silva em 1989. Economia era tema recorrente nos debates eleitorais entre ambos, que foram para o 2º turno das eleições presidenciais daquele ano. Eles tinham posições divergentes: de um lado, Collor apresentava-se filiado ao que vinha sendo chamado de neoliberalismo,

defendendo a diminuição do Estado e a abertura econômica do País, com redução dos protecionismos tarifários, abertura econômica e maior integração à economia global. Do outro, Lula afirmava-se como social-democrata e defendia o desenvolvimento econômico alinhado a políticas públicas de bem-estar social e distribuição de renda, porém tudo isso com um forte apelo ao protecionismo.

Sallum (2011) evidencia o Brasil sintonizado com a agenda liberal, essencialmente na década de 1990. Ele compreende esse processo como uma expansão do capitalismo, ocorrendo a saída de seu núcleo até os espaços de periferia. Eis o mundo partindo para um modelo de organização econômica regido pelo mercado.

Collor tornou-se o presidente do País, tendo cumprido a agenda liberal: diminuiu o número de ministérios de 23 para 12, demitiu funcionários públicos e iniciou um processo de privatização de empresas estatais. Buscou a estabilização da moeda e a integração do País ao bloco de países desenvolvidos.

No entanto, o presidente enfrentou um *impeachment* a partir de escândalos de corrupção. Em maio de 1992, seu irmão, Pedro Collor, realizou denúncia contra o presidente. Em 29 de setembro de 1992, ele foi afastado do cargo, e seu vice-presidente, Itamar Franco, assumiu o posto provisoriamente. Sallum (2011) assevera que ele não teve sucesso pleno na execução de seus planos, uma vez que o governo foi interrompido pela crise política que resultou em sua renúncia em meio ao processo de impedimento.

Itamar Franco assumiu a presidência da República, de modo efetivo, em 29 de dezembro de 1992, e sua governança foi marcada, majoritariamente, pela continuação da liberalização da economia, controle da inflação, criação do Plano Real e estabilização monetária. Como principal figura na difícil tentativa de estabilizar a moeda brasileira, em colapso desde a década de 1980, Itamar nomeou, em 1993, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso ao Ministério da Fazenda.

Com mais participação e controle da presidência da República que no governo Collor, os novos intérpretes políticos no comando mantiveram a política de liberalização da economia, dando seguimento à privatização de empresas estatais. Nesse decurso, o BNDES norteava ativamente as privatizações, além de acontecerem em ritmo mais lento. Podemos destacar a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional em 2 de abril de 1993.

Para mais, o governo de Itamar Franco, ao aliar-se a uma seara de partidos que vão de centro-esquerda a centro-direita, buscava um equilíbrio entre pautar políticas de

bem-estar social e políticas moderadamente liberais. Sendo assim, ele agiu de maneira diferente de Collor, que negligenciava as pautas sociais em seu governo. No entanto Itamar não tinha um governo com um rumo e plano de ação muito bem definidos (Sallum, 2011).

De toda forma, sob a liderança do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi estruturado o Plano Real, um dos grandes legados do mandato de Itamar (Sallum, 2011).

A estabilidade financeira obtida pelo Plano foi indubitavelmente o elemento preponderante para a vitória eleitoral, nas eleições presidenciais de 1994, de Fernando Henrique Cardoso. Com apoio do mercado financeiro, FHC efetivou um longo governo, já que foi reeleito em 1998: posições liberais, estabilidade monetária, privatizações e integração do Brasil à economia do mundo nortearam suas decisões políticas. A execução do Plano Real conseguiu estabilizar a economia e reduzir a inflação, além de impulsionar o mercado. Tudo isso contribuiu para que Itamar finalizasse seu mandato com boa taxa de popularidade.

Outro fato memorável da administração de Itamar Franco foi a maior participação do Brasil no bloco econômico regional, o Mercosul, criado no governo de seu antecessor Fernando Collor. Sallum (2011, p. 285) atesta que a criação do bloco desencadeou uma melhor integração da América Latina à economia globalizada:

Da perspectiva brasileira, o Mercosul passou a ser considerado um primeiro passo para constituir, no futuro, um bloco regional mais amplo, incluindo todos os países da América do Sul. Dessa forma, a América do Sul —, e não mais a América Latina —, tornou-se locus privilegiado na estratégia brasileira de inserção mundial. Essa estratégia de articulação sul-americana foi ensaiada no lançamento da Iniciativa Amazônica em dezembro de 1992, reunindo o Brasil e os países da bacia do Amazonas, e foi efetivada mais fortemente no ano seguinte, como se verá. Em suma, materializou-se na prioridade política dada ao Mercosul e à América do Sul a estratégia de inserção competitiva do Brasil na nova ordem mundial. Com ela, o País abandonava a política externa orientada por um nacionalismo defensivo, vigente até a década de 1980, em favor de um nacionalismo voltado para fora, que almejava fazer do País um participante ativo e, se possível, protagonista da nova ordem mundial em construção (Sallum, 2011, p. 285).

FHC tomou posse em 1º de janeiro de 1995 e governou por dois mandatos. Tendo como crédito a autoria do Plano Real, deu continuidade ao processo de

estabilização da economia e diminuição da inflação. Adotando um viés neoliberal, optou pela privatização de estatais, como a mineradora Vale do Rio Doce.

Enfim, o Estado não mais seguia os modelos nacionalistas e desenvolvimentistas que conduziram a política nacional por meio século, porquanto o foco era diminuir o intervencionismo estatal e abrir mais o País ao capital estrangeiro. Importante destacar que, em 1989, numa reunião ocorrida em Washington, com economistas e políticos das Américas, chegou-se ao Consenso de Washington, uma carta de princípios liberais que era apresentada aos países subdesenvolvidos da América como a fórmula para o desenvolvimento. O exercício do *soft power* norte-americano estava em evidência. Nesse contexto, as privatizações e vendas de concessões no Brasil tiveram fácil aprovação e contaram com um bom apoio da mídia e de parte dominante dos políticos.

É importante salientar a reforma no âmbito educacional no governo FHC: em 1996, a LDB foi aprovada e, posteriormente, os Parâmetros Curriculares para o Ensino Básico.

Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições de 2002 e assumiu o posto da presidência da República em janeiro de 2003. Ele manteve a política econômica do governo anterior, controle da inflação e estabilização do real e criou o PAC a fim de aprimorar a infraestrutura da Nação. Tais medidas econômicas permitiram que não fôssemos gravemente afetados na crise mundial de 2008.

Também notórios consistiram os programas sociais de distribuição de renda: o Bolsa Família retirou milhões de cidadãos da pobreza extrema e reduziu as taxas de trabalho infantil. Entanto, a despeito de um governo pautado na social- democracia e em políticas públicas de bem-estar social e distribuição de renda, Lula mostrou-se um conciliador de classes, buscando alinhar o Estado de bem-estar social com políticas neoliberais de favorecimento da burguesia brasileira. Segundo Boito JR., A.; Berringer, T. (2013), a classe burguesa ascendeu politicamente no governo dele.

O mandato de Lula também foi marcado pelo escândalo de corrupção do mensalão, que abalou a popularidade adquirida nacional e internacionalmente. Conquanto o escândalo ameaçasse a vitória de Lula nas eleições de 2006, ele conseguiu reeleger-se e exercer seu segundo mandato. O segundo governo foi marcado por avanços no acesso à Educação, tendo a criação de programas como FUNDEB, Sisu e Prouni, além da construção de universidades e instituições públicas de educação.

Doravante, a ex-ministra de Lula, Dilma Rousseff, com apoio de Lula, venceu as eleições de 2010 e tornou-se a primeira presidenta da República. Sendo atribuída a ela a

autoria da chefia dos programas Minha Casa, Minha Vida e PAC, ela contou com grande apoio popular. Venceu também as eleições de 2014, assumindo seu segundo mandato na presidência, em 2015. Marcado por contratempos, crise política e econômica, seu segundo mandato terminou com um processo de *impeachment* em 2016 e, por conseguinte, seu vice, Michel Temer, assumiu o cargo.

O governo Temer trouxe uma guinada ao neoliberalismo com o congelamento de gastos públicos por 20 anos, diminuição do Estado e desmonte do funcionamento de políticas de bem-estar social.

Nesse ponto, é lícito salientar igualmente duas inflexões referentes ao campo da Educação. A MP 746/2016, que culminou no Novo Ensino Médio, trazendo mudanças quanto às disciplinas de caráter obrigatório e de caráter opcional, aumento da carga horária, entre outras mudanças. E a Lei nº 13.415/2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade da língua inglesa no Ensino Fundamental e no Médio. Essa é a discussão agora: o inglês no Brasil, tendo como parâmetro o entrelaçamento entre a conjuntura política doméstica do governo Temer e o estágio avançado da globalização.

3. O ENSINO DA LÍNGUA GLOBAL NO BRASIL

No que diz respeito ao contexto brasileiro, a inserção da língua inglesa no currículo data do século XIX, ainda no Brasil Império (1822-1889). Lima (2022) versa que

A inserção do inglês no currículo brasileiro surge no contexto imperial, pois, no período do Brasil Império (1822-1889), a dinastia dos Bragança de Dom Pedro I e Dom Pedro II possuía boas relações com a Inglaterra, a grande potência mundial da época. Assim, a circulação de ideias, pessoas e política de aliança entre os países junto ao esforço brasileiro de mostrar ao mundo que era parceiro dos ingleses trouxe o idioma para o Brasil (Lima, 2022, p. 1).

Aliás, o Estado brasileiro não dispunha de uma política pública educacional que visasse alcançar todos os cidadãos, e a inserção do inglês no currículo não passava de letra morta. Entretanto, hodiernamente, a língua inglesa figura decerto como a segunda língua mais valorizada no Brasil.

Na Nova República, o grande marco regulatório da Educação consistiu na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sancionada pelo governo FHC, em 1996. Mergulhados numa

atmosfera fortemente democrática, os envolvidos na elaboração da referida lei, ao discutirem acerca do ensino de língua estrangeira moderna nas escolas, estabeleceram que a sua escolha ficaria a cargo da comunidade escolar, como se lê no §5º

Na parte diversificada do currículo, será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar dentro das possibilidades da instituição (Brasil, LDB, §5º, 1996).

Sem embargo, na defluência do século XXI, o contexto político doméstico modificou-se e a globalização ganhou novas dimensões. À face disso, o texto mencionado foi alterado em 2017. Em 22 de setembro de 2016, a Medida Provisória MP 746/2016 foi apresentada ao Congresso Nacional a fim de reestruturar o Ensino Médio no Brasil. O documento apresentava mudanças, como a escolha de ensinoss tradicionais ou técnicos e a educação integral. Dessa feita, em 16 de fevereiro de 2017, a referida MP embasou a Lei nº 13.415/2017, que, entre outras mudanças, revogou a Lei Ordinária nº 11.161 de 2005, eximindo a obrigatoriedade do ensino de Língua Estrangeira Espanhol e substituindo-a pelo Inglês, admitindo a possibilidade de oferta do ensino de uma segunda língua estrangeira, em caráter optativo, e preferencialmente a Língua Estrangeira Espanhol no currículo do Ensino Médio tanto das escolas públicas, quanto das particulares.

Ao modificar o texto que definia o ensino de língua estrangeira nas escolas, os novos agentes políticos, a partir do governo Temer, definiram que a língua estrangeira seria necessariamente o inglês, ou seja, a escolha não estaria mais a cargo da comunidade escolar. Eis o texto modificado: “No currículo do Ensino Fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa.” (Redação da Lei nº 13.415 de 2017).

Já no Ensino Médio, onde se lia “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das possibilidades da instituição” (Brasil, LDB, 1996), passou a:

Os currículos do Ensino Médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino (Art. 35-A §4º Lei nº 13.415 de 2017).

É preciso compreender o que significa ensinar a língua inglesa como língua estrangeira ou como língua franca. Segundo a BNCC (p. 241), ensinar inglês como língua estrangeira é admitir que há um único inglês e que a forma correta de falar o idioma é como os nativos fazem-no, ou seja, é ensinar que o inglês é a língua materna de determinadas regiões do mundo, o que acarreta uma série de complicações no ensino-aprendizado de língua inglesa, mormente no contexto da escola pública, onde muitos alunos não compreendem bem a língua materna.

O ensino de língua inglesa como língua estrangeira remete ao pensamento de Bauman (1998, p. 2), expresso no início deste artigo: a globalização divide tanto quanto une e divide enquanto une. É preciso falar a língua global para inserir-se no mundo globalizado, todavia, quando a língua global é assumida como língua estrangeira e assim ensinada, o viés imperialista vem à tona, trazendo consigo a monoculturalidade implantada nos lugares onde a língua é falada. No Brasil, o ensino de língua inglesa como língua estrangeira pode não fazer sentido para diversos setores da sociedade e, nesse caso, causar frustração em quem pretende aprender a língua, em razão de tratar-se de padrões e culturas inalcançáveis que não condizem com a realidade de vários grupos sociais da Nação. Enfim, o ensino do inglês como língua estrangeira expressa uma prática de poder colonialista.

Já ensinar inglês como língua franca significa compreender o caráter global da língua, aceitando, assim, que existe diversidade na forma de falar a língua inglesa e que, portanto, não há uma forma correta de falar o idioma, pois admite-se que, devido à sua repercussão mundial, cada inglês é (e pode ser) diferente.

Nessa proposta, a língua inglesa não é mais aquela do “estrangeiro”, oriundo de países hegemônicos, cujos falantes servem de modelo a ser seguido, tampouco trata-se de uma variante da língua inglesa. Nessa perspectiva, são acolhidos e legitimados os usos que dela fazem falantes espalhados no mundo inteiro, com diferentes repertórios linguísticos e culturais, o que possibilita, por exemplo, questionar a visão de que o único inglês “correto” — e a ser ensinado — é aquele falado por estadunidenses ou britânicos (BNCC, p. 241).

Sob essa ótica de ensino de inglês como língua franca, a língua deixa de pertencer somente aos países cuja língua materna é o inglês e de ter sotaques inalcançáveis, promovendo a interculturalidade e a normalização das diferenças de falante para falante. Esse novo status da língua inglesa como LF implica o

deslocamento da língua de um modelo ideal de falante para um modelo mais real, considerando suas diferenças culturais e as variações linguísticas decorrentes das situações de uso e das comunidades que a falam. A proposta da BNCC é reconhecer os diversos repertórios linguísticos presentes em sala de aula e fora dela, ampliando as noções do que vem a ser certo e errado no uso da língua.

Por conseguinte, o aluno que aprende inglês como LF tem a oportunidade de compreender a língua como aspecto cultural da sociedade contemporânea globalizada que está totalmente interconectada e em contínuo processo de evolução e construção. Com essa nova forma de aprendizado da língua inglesa, é plausível alcançar o multiletramento do aluno em várias áreas para além das quatro habilidades compreendidas como essenciais ao aprendizado de língua inglesa (oralidade, escrita, leitura e escuta) como, por exemplo, a capacidade de expressar a própria cultura e de acessar outras multiculturas, promovendo o decolonialismo no aprendizado de língua inglesa.

Brito (2017, p. 14), no artigo intitulado *Legislação e ensino de língua estrangeira moderna na Educação Básica*, observa que

O País integra o bloco ocidental liderado pelos EUA. Desse modo, as políticas linguísticas adotadas para as relações com a comunidade internacional e as exigências internas, como as centradas no contexto educacional, limitam-se, quase que exclusivamente, ao protagonismo da centralidade da língua inglesa para atender as exigências postas pela expansão do sistema capitalista nos países periféricos e à demanda do mercado também em expansão (Brito, 2017, p. 14).

Retomando a perspectiva de Ortiz (2008, p. 80), o inglês é a língua de milhões de pessoas, em Israel, Áustria, Índia, países africanos ou na Malásia. O inglês, agora não mais como a língua do Tio Sam ou dos Casacas Vermelhas do Reino Unido, encontra-se desvinculado de sua etnicidade e de suas origens hegemônicas britânicas ou norte-americanas. O autor relata que esse fenômeno é generalizado e estende-se a diversas esferas: econômica, social e, sem dúvida, na Educação. Conseqüentemente, verifica-se que o Brasil e seus ativos políticos, líderes de Estado e tomadores de decisões estão subordinados à força globalizadora. Essa força é tão poderosa e coercitiva que influenciou até mesmo a legislação educacional brasileira, que culminou com a alteração da Lei nº 13.415 de 2017, conferindo *status* de obrigatoriedade ao ensino do inglês, a língua franca do mundo globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando visualizada numa larga escala, a globalização é entendida pelos historiadores como iniciada nos séculos XV e XVI e teve como atuantes centrais os povos ibéricos. De Gruzinski⁶ a Boxer⁷, mas também passando por Braudel⁸, embora com perspectivas teóricas distintas, todos eles entendem o início do processo de globalização a partir da expansão marítima do início da época moderna.

Não buscamos aqui negar o longo processo histórico do fenômeno globalização — nosso enfoque encontra-se num momento distinto do fenômeno mencionado. Na nossa escala de tempo curto, refletimos sobre a globalização contemporânea. Observamos a globalização nos últimos anos, de sorte que, no século XXI, ela apresenta novas realidades econômicas, culturais e políticas, enfim, novas dinâmicas.

É no cenário de globalização contemporânea que, no Brasil, indivíduos com poder decisório no campo político modificaram a lei que rege a Educação Básica no que concerne ao ensino de língua estrangeira na Nação. A nova ordem jurídica estabelecida pela Lei 13.415/2017 impôs o inglês como a língua estrangeira obrigatória a ser ensinada no Ensino Básico de todo o País.

Pouco debatida pela sociedade brasileira, a referida lei tem um imenso impacto significativo na formação dos indivíduos e no seu processo de inserção na globalização contemporânea. Não é demais realçar que a Educação Básica não é escolha dos cidadãos brasileiros: ela é obrigatória a todos, e nela, a partir da lei de 2017, o inglês tornou-se obrigatoriamente a língua estrangeira a ser ensinada, substituindo a possibilidade de escolha de outras estrangeiras pela comunidade escolar, como permitia a legislação anterior.

À vista disso, o inglês, ensinado a todos, obrigatoriamente, poderá tornar-se língua franca no Brasil, bem como vem ocorrendo no mundo da globalização contemporânea. Ainda que razoavelmente despercebida, acreditamos que essa mudança na legislação representou a mais significativa inflexão já experimentada na nossa inserção no mundo da globalização contemporânea. Mas precisamos estar cientes do

⁶ GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão – Portugueses e espanhóis na globalização do século XVI*. Lisboa: Edições 70, 2015.

⁷ BOXER, Charles. *The portuguese seaborne empire, 1415-1825*. London: Hutchinson, 1969.

⁸ BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*, Lisboa: Teorema, 1989.

importante debate acerca do ensino do inglês como língua estrangeira ou como língua franca. Aprendermos o inglês como língua estrangeira corroboraria a nossa inserção como periféricos e subordinados ao colonialismo. Por outro lado, aprendermos o inglês como língua franca ajudar-nos-ia numa inserção ativa, ativa e multicultural no mundo. A incorporação está ocorrendo e dar-se-á de modo mais intenso ao que tudo indica. Resta-nos decidir de que maneira estaremos no mundo globalizado: se falando inglês como colonizados ou falando inglês como sujeitos globalizados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 de Jul. de 2023.

BLOCK, D., CAMERON, D. *Introduction*. In: BLOCK, D., CAMERON, D. (Orgs.) ***Globalization and language teaching***. Londres: Routledge, 2002.

- BLOCK, D. *Globalization and language teaching*. *ELT Journal*, v. 58, n. 1, p. 75-77, 2004.
- BOXER, C. *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*. London: Hutchinson, 1969.
- BRAUDEL, F. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1989.
- BRITO, B. M. **Legislação e ensino de língua estrangeira moderna na educação básica**. 2017.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede** (trad. de Roneide Venâncio Majer). São Paulo, Paz e terra, 2000.
- CRYSTAL, D. *On trying to be Crystal-clear: a response to Phillipson*. *Applied Linguistics*, v.21, n. 3, p. 415-423, 2000.
- CRYSTAL, D. *English as a Global Language*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- DUROSELLE, J **Todo império perecerá: teoria das relações internacionais**. Brasília: Editora UNB. 2006
- FERGUSON, N. **Império: Como os britânicos fizeram o mundo moderno**. 2. ed. São Paulo: Editora Crítica. 2021
- GIDDENS, A. *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GRUZINSKI, S. **A águia e o Dragão – Portugueses e Espanhóis na globalização do século XVI**. Lisboa: Edições 70, 2015.
- HELLER, M. *Language, ethnicity, and politics in Quebec*. Unpublished doctoral dissertation, University of California, Berkeley, 1982.
- KUMARAVADIVELU, B. *Dangerous liaison: globalization, empire and TESOL*. In: **EDGE, J. (Org.) (Re) Locating TESOL in an age of Empire**. Londres: Palgrave Macmillan, 2006.
- LIMA, D. C. de. (Org.). **Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa: conversa com especialistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- LONGARAY, E. **Globalização, antiimperialismo e o ensino de inglês na era pós-moderna**. UFRGS, 2009.
- NASCIMENTO, A. K. D. O. **Neoliberalismo e língua inglesa: um estudo de caso por meio do Pibid**. *Ilha do Desterro A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies*, v. 71, n. 3, p. 39–58, 3 set. 2018.
- ORTIZ, R. **A diversidade dos sotaques: o inglês e as Ciências Sociais**. São Paulo: Brasiliense. 2008.
- PHILLIPSON, R. *Linguistic Imperialism*. Oxford University Press, 1992.

- RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica.** Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.
- SALLUM JR, B. **Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira.** Dados, v. 54, n. 2, p. 259–288, 2011.
- SALLUM JR, B. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo.** Tempo Social, v. 11, n. 2, p. 23–47, out. 1999.
- SALLUM JR, B. **O Governo Itamar E A Democracia De 1988.** Sociologia & Antropologia, v. 11, p. 279–303, 2 jul. 2021.
- SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura/Nobel, 1990.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M; SOUZA, M & SILVEIRA, M. **Território: Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.
- WOOD. E. M., O império do capital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.